

## **Ideologia e posicionamento estratégico: uma análise das votações nominais no governo Temer**

### **Ideology and strategic positioning: an analysis of roll-call votes in the Temer administration**

DOI: 10.55905/oelv21n9-038

Recebimento dos originais: 03/08/2023

Aceitação para publicação: 04/09/2023

**Fernando Scheeffler**

Doutor em Sociologia Política

Instituição: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Endereço: Rua Dr. Getúlio Vargas, 2822, Bela Vista, Ibirama – SC, CEP: 89140-000

E-mail: fernando.scheeffler@udesc.br

#### **RESUMO**

É inegável o uso recorrente da terminologia esquerda e direita em tempos atuais e, por isso, se faz pertinente verificar em que medida o componente ideológico interfere no comportamento dos atores políticos. Diante do exposto a presente pesquisa teve o intuito de verificar o peso da ideologia ao analisar votações nominais ocorridas no Governo Temer (2016-2018). Foram analisados temas substantivos do ponto de vista político-ideológico e que, em tese, implicariam em dissenso entre partidos de esquerda e de direita. O acesso aos dados se deu por meio do site da Câmara dos Deputados e de responsabilidade do Centro de Documentação e Informação (CEDI). Para a verificação dos partidos pertencentes ou não à coalização governista foi utilizado o banco de dados legislativos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP/USP) e a classificação dos partidos em termos ideológicos (esquerda, centro e direita) a partir da visão de especialistas. No que diz respeito à análise dos dados e para dar conta da questão central foi calculado o coeficiente de contingência e na sequência foi aplicado o modelo de regressão logística binária. As análises realizadas evidenciam o maior impacto da variável ideologia em comparação ao posicionamento estratégico. Das 11 leis analisadas houve a predominância da ideologia em 10 delas.

**Palavras-chave:** ideologia, câmara dos deputados, governo Temer.

#### **ABSTRACT**

The recurrent use of left and right terminology is undeniable in present times, and it is therefore appropriate to examine the extent to which the ideological component interferes with the behavior of political actors. In light of the above, the present research aimed to verify the weight of ideology by analyzing nominal votes held in the Temer Government (2016-2018). Substantive themes were analyzed from the political-ideological point of view and that, in theory, would imply dissension between parties of the left and of the

right. Access to the data took place through the website of the Chamber of Deputies and under the responsibility of the Documentation and Information Center (CEDI). For the verification of the parties belonging to the governing coalition or not, the legislative database of the Brazilian Center for Analysis and Planning (CEBRAP/USP) was used, and the classification of the parties in ideological terms (left, center and right) from the point of view of specialists. With regard to data analysis and to account for the central issue, the contingency coefficient was calculated and the binary logistic regression model was applied. The analyzes carried out show the greater impact of the ideology variable in comparison with the strategic positioning. Of the 11 laws analyzed, ideology predominated in 10 of them.

**Keywords:** ideology, chamber of deputies, government Temer.

## 1 INTRODUÇÃO

Embora os discursos políticos estejam carregados com teor ideológico, resta a dúvida do real significado das distinções políticas atuais, bem como o quanto que a ideologia ainda baliza o comportamento político. Foco desta pesquisa é o comportamento parlamentar e percebe-se que há controvérsias em relação aos fatores que impactam os legisladores. Parte da literatura sugere que as questões ideológicas pouco explicam o comportamento dos atores políticos, hoje, ao constatar a presença de outras variáveis mais importantes (MAINWARING, 1993; MIGUEL, 2009; ZUCCO JR., 2009; 2011; LUCAS; SAMUELS, 2011). Por outro lado, outra gama de autores, com nuances e metodologias distintas, defende que os parlamentares ainda pautam suas ações nos conteúdos programáticos e nas ideologias de seus respectivos partidos (MARENCO; SERNA, 2007; ROMA, 2006; MELO; CÂMARA, 2012; TAROUCO, 2011; SCHEEFFER, 2018a).

Dentre as variáveis concorrentes à ideologia destaca-se o pertencimento ao governo e à oposição. Zucco Jr. (2009; 2011), por exemplo, acredita que hajam evidências suficientes para supor que a ideologia em tempos recentes tem se tornando um determinante pouco relevante do comportamento legislativo na Câmara dos Deputados. Para ele, a clivagem estratégica (governo/oposição) se sobrepõe à ideológica, ocupando papel predominante e pautando a disputa política em tempos atuais. Scheefffer (2018a), por sua vez, a partir da análise de um conjunto de votações nominais com claro teor

ideológico ocorridas durante o governo Dilma Roussef na Câmara dos Deputados, constata que os partidos em sua maioria se posicionam de forma coerente com o que é esperado do ponto de vista político-ideológico. A exceção são os casos em que estão em jogo recursos financeiros, seja onerando significativamente ou então gerando receita vultosa ao executivo federal. Será que no governo seguinte (Temer) esse padrão permanece?

Nicoletti (2014) sintetiza esse dilema substancial afirmando que o comportamento legislativo é calcado predominantemente na concorrência entre essas duas variáveis fundamentais: oposição/situação e ideologia. Seriam dois tipos distintos de implementação de agendas e a pergunta fundamental para o autor seria: não negado o presidencialismo de coalizão e a formação de coalizões majoritárias, será que a variável ideologia não se sobressai em temas com cunho ideológico presentes na agenda política?

Diante do exposto a presente pesquisa teve o intuito de verificar o peso da ideologia ao analisar votações nominais ocorridas no Governo Temer (2016-2018). Foram analisados temas substantivos do ponto de vista político-ideológico e que, em tese, implicariam em dissenso entre partidos de esquerda e de direita. Visto que a asserção mais em voga é que a ideologia tem se tornado um determinante fraco para prever o comportamento parlamentar, enquanto o posicionamento estratégico (relação governo/oposição) explicaria melhor a atuação dos partidos, as duas variáveis foram colocadas em disputa.

Para dar conta do objetivo proposto o artigo conta inicialmente com uma breve fundamentação teórica que abarca distinções fundamentais entre esquerda e direita e que embasará as expectativas de comportamento nas votações nominais objeto de análise. Feito isso são apresentados os procedimentos metodológicos e parte-se para a análise e discussão dos resultados e considerações finais.

## **2 DISTINÇÕES ENTRE ESQUERDA E DIREITA HOJE**

As terminologias esquerda e direita surgidas na Revolução Francesa e com conotação espacial, nos dias atuais passam a denotar perfis político-ideológicos distintos. A tese mais voga atualmente é que é necessário atualizar o significado das terminologias,



ou seja, a dicotomia esquerda-direita vai além da bipolaridade capitalismo-socialismo que orientou a política mundial durante anos. Sendo o capitalismo predominante praticamente no mundo inteiro, somos obrigados a pensar a dicotomia esquerda-direita de uma forma diferente, sem, entretanto, chegarmos ao ponto de dizer, como muitos, que não há mais sentido ou necessidade de tocar-se nesses termos (FREITAS, 2004).

Um dos defensores mais conhecidos da crença de que é necessário atualizar o significado desta terminologia é Norberto Bobbio. Ele utiliza-se dos conceitos de igualdade (que para a esquerda deve ser priorizada), em detrimento da liberdade (que para a direita deve ser conservada, mantendo-se as desigualdades entre os homens, tidas como naturais). Igualdade e liberdade caracterizam toda a trama de relações práticas e ideais de que é tecido o projeto democrático em tempos atuais. O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades são sociais e, enquanto tais, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, por isso, inelimináveis (BOBBIO, 1995).

Para Giddens (2000), a direita e a esquerda ainda representam forças distintas e divergentes quanto ao futuro do *welfare state*. Aggio (2013) apresenta alguns valores que permanecem como eixos da identidade política e cultural da esquerda, hoje, o que se encaixa perfeitamente no conjunto de princípios socialdemocratas:

1. a defesa do bem-estar-social ao invés do bem-estar individual;
2. a valorização das responsabilidades coletivas;
3. a extensão da igualdade de oportunidades para todos;
4. a vigência de um Estado forte que seja capaz de corrigir as injustiças sociais por meio de uma ação distributivista da riqueza material produzida pela sociedade e, por fim,
5. a perspectiva de uma mudança das estruturas de poder por meio da democratização e da participação política (p. 102).



Já para Moraes (2002), a direita e as narrativas neoliberais pretenderam, e em certa medida conseguiram, oferecer explicação palatável para os problemas derivados das políticas sociais ou do Estado de Bem-Estar Social. Três argumentos são centrais:

- os custos crescentes (e tendencialmente insuportáveis) das políticas sociais e seu impacto sobre os fundos públicos (inflação, endividamento);
- os efeitos deletérios dessas políticas sobre valores, comportamento de indivíduos, grupos sociais e empresas;
- os resultados desastrosos, sobre o processo decisório e sobre as instituições democráticas, da maquinaria política exigida pela implementação desses programas (MORAES, 2002, p. 2).

A esquerda defende um Estado com dispêndio elevado, ao passo que os neoliberais defendem um Estado mínimo.<sup>1</sup> Essa parece ser a discrepância e a disputa fundamental entre a "nova esquerda" e o "novo liberalismo". De um lado, em prol da justiça, a "nova esquerda" abandona o objetivo inicial de abolir o capitalismo e, em vez disso, se contenta em reformá-lo ou "humanizá-lo" por meio de um Estado interventor. Privilegiando a liberdade individual, o neoliberalismo passa a ser a roupagem da "nova direita", que, acreditando nas benesses do mercado, defende um Estado mínimo. Como desdobramentos dessa concepção mais geral e de forma bastante simplificadora, segue uma tentativa de sistematização de algumas diferenças fundamentais entre esquerda e direita.

Quadro 1 - Divergências em relação a temas ligados as ideologias clássicas

<b>Esquerda</b>	<b>Direita</b>
A intervenção econômica deve dar-se sempre que se julgar necessário.	O Estado deve abster-se de questões econômicas, já que o mercado se autorregula, como se houvesse uma "mão invisível" orientando esse processo.
A pobreza se dá, sobretudo, por desigualdade de oportunidades. Enquanto problema social, pode	A pobreza, quando atacada, deve dar-se de forma focalizada e limitada. Auxílios "exagerados"

<sup>1</sup> Couto (2014) destaca que reduzir a dimensão esquerda/direita à maior ou menor intervenção estatal é algo demasiadamente simplificado. No caso brasileiro isso fica evidente analisado o período do regime militar. Houve intervencionismo, no entanto, este não se demonstrou igualitário, pelo contrário. O intervencionismo apenas pode ser associado à esquerda em sua vertente igualitária.

ser enfrentada via programas sociais ou superação da ordem, no caso de uma esquerda mais radical.	podem levar à acomodação e ao declínio da “ética do trabalho”.
A criminalidade pode ser explicada, essencialmente, pela inserção em um contexto social que oferece desigualdade de oportunidades.	A criminalidade, em grande parte, é responsabilidade dos indivíduos.
A carga tributária deve ser extensiva para financiar o Estado e oferecer serviços de qualidade para os que precisarem.	Os tributos são maléficos, pois sobrecarregam as empresas e desfavorecem o crescimento econômico.
Defesa de uma ampla legislação trabalhista que normatize o mundo do trabalho.	O mercado de trabalho deve ser desregulado, visto que o mercado autorregula as relações de trabalho.
Os serviços, sobretudo aqueles estratégicos, devem ser oferecidos pelo Estado.	Buscando diminuir o tamanho do Estado, uma boa estratégia é passar para a iniciativa privada serviços que são estatais - privatização.

Fonte: Scheeffler (2018a).

Mesmo que sucinto, o quadro acima tem o intuito de dar uma noção de questões clássicas que diferenciam esquerda e direita. Essa configuração permite aferir que, quanto às ideologias clássicas, trata-se de divergência em relação à intervenção social e econômica.

Importante ressaltar que o novo cenário fluido proposto por uma gama significativa de autores tenta expor a complexidade de um tempo em que as divergências e os antagonismos vão além do mundo material, bem como da concepção do "melhor" Estado possível. Smith, citado por Mair (2007), resalta a plasticidade da dimensão esquerda-direita, a capacidade desses termos acomodarem novas questões e novos padrões de competição. Para Couto (2014), mesmo em temas não econômicos como orientação sexual, gênero e etnia, o conflito ainda acaba sendo sobre igualdade. A defesa do direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo é igualitária, portanto, de esquerda. O mesmo serve para políticas que pretendem assegurar a mulheres e negros tratamento e oportunidades iguais. A reação a tais políticas pode ser classificada como uma posição de direita.

Questão importante é saber em que medida as questões pós-materialistas fazem parte da dimensão esquerda e direita. Estudos recentes vem demonstrando que fazem parte sim (LAYMAN; CARMINES, 1997; CHARNOCK; ELLIS, 2004; BELCHIOR, 2010; JOU, 2011; SCHEEFFLER, 2018a). É notória a aproximação entre esquerda e ambientalismo, multiculturalismo, participação e feminismo. Além de não priorizar as

questões anteriores, faz parte do repertório da direita uma atuação mais pró-mercado, pró-armamentista e conservadora quando estão em jogo temas morais.

Empiricamente, é possível constatar que atitudes de esquerda e direita estão diretamente relacionadas a clivagens políticas existentes e diferentes em cada país. Em Taiwan, essas orientações estão ligadas a divergências em relação à independência do país e às relações com a China. No México, a questão da corrupção e mais recentemente o cartel de drogas são importantes. No geral, o que se percebe é que a dimensão esquerda e direita consegue fazer um bom mapeamento das divergências político-ideológicas, inclusive internacionalmente (DALTON; FARRELL; McALLISTER, 2011).<sup>2</sup>

Madeira e Tarouco (2011) ressaltam este componente indispensável na discussão sobre o significado dos termos esquerda e direita: seu aspecto relacional. É indispensável atentar para a agenda política de cada país. As definições variam de país para país e em um mesmo país ao longo do tempo e talvez por isso o debate é tão repleto de controvérsias. Alguns países possuem questões históricas específicas como a identidade nacional no Japão, a religião na Turquia e a questão palestina em Israel.<sup>3</sup>

O fato é que muitas são as clivagens possíveis em tempos atuais. Novas questões e preocupações podem dar vida a clivagens dormentes (MAIR, 2013). Isso pode justificar a sobrevida da terminologia esquerda e direita hoje e, além do mais, seu fortalecimento ao invés da previsão recorrente de um término eminente.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir do acesso à todas as votações nominais do período em questão, fizeram parte da amostra aquelas com claro teor ideológico (11), isto é, aquelas em que é possível supor um comportamento esperado dos partidos de direita e esquerda e condizente com a fundamentação teórica desenvolvida. Preferencialmente, foram privilegiadas partes específicas das leis, visto que os textos finais, em muitos casos, são resultado de uma série

---

<sup>2</sup> As informações fornecidas pelos autores provêm de uma base empírica oriunda de questionários aplicados em 36 países de 2001 a 2006. As questões foram agrupadas em três grandes dimensões: econômica, ambiental e cultural.

<sup>3</sup> São chamadas de *local policy dimensions* essas questões nacionais que distinguem de forma bastante clara um país do outro. A influência do regime militar brasileiro e a clivagem entre apoiadores e opositores e a ligação com a terminologia esquerda e direita é um exemplo disso.

de concessões e acordos. O acesso aos dados se deu por meio do site da Câmara dos Deputados e de responsabilidade do Centro de Documentação e Informação (CEDI). Para a verificação dos partidos pertences ou não à coalização governista foi utilizado o banco de dados legislativos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP/USP).

Quadro 2 – Coalizão governista

Coalizão/ presidente	Data da coalizão		Partidos da coalizão	Evento de início da nova coalizão
	Início	Fim		
Temer I	12 mai 16	30 ago 16	PMDB-PSDB-PR-PRB-PSD- PTB-DEM-PPS-PP	Afastamento de Dilma
Temer II 1	31 ago 16	17 mai 17	PMDB-PSDB-PR-PRB-PSD- PTB-DEM-PPS-PP	Impeachment de Dilma
Temer II 2	18 mai 17	31 jan 19	PMDB-PSDB-PR-PRB-PSD- PTB-DEM-PP	PPS sai

Fonte: Banco de dados do CEBRAP

Verificado o comportamento parlamentar por meio do voto, foi relacionado este com o espectro ideológico do partido a que pertence o deputado. No geral, os autores pouco divergem em relação à alocação dos partidos nas categorias esquerda e direita. Foi utilizada aqui a classificação realizada para a elaboração do livro “Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências” (KRAUSE; MACHADO; MIGUEL, 2017). Trata-se de uma classificação realizada justamente buscando uma padronização a ser utilizada por diversos pesquisadores envolvidos no projeto patrocinado pela Fundação Konrad-Adenauer, que resultou no livro mencionado. Segue classificação utilizada.

Quadro 3 – Classificação dos partidos

Esquerda	Centro	Direita
PSTU/PCB/PCO/PSOL/PCdoB/PDT/ PT/PPS/PSB/PV/PHS/PMN/PPL/REDE/SD	PMDB/ PSDB	DEM/PP/PR/PTB/PTdoB/PTN/PSL/ PSDC/PSC/PTC/PRTB/PRP/PL/PRONA/ PRB/PEN/PRB/PROS/PSD/PMB/PODE/ AVANTE/PATRIOTA

Fonte: Adaptado de Krause, Machado e Miguel (2017)

O quadro 3 demonstra a legislação analisada, bem como a expectativa de comportamento por parte da esquerda e da direita levando-se em consideração o

referencial teórico e as diferentes concepções político-ideológicas dos partidos localizados nos diferentes espectros políticos.

Quadro 4 – Legislação analisada

	Descrição da votação	Expectativa de comportamento	
		Esquerda	Direita
1	<b>PEC 04/15:</b> Prorroga a vigência da DRU até 31 de dezembro de 2019. Propõe a retirada escalonada da incidência da desvinculação de receita da arrecadação das contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social – 08/06/2016 (votação em segundo turno).	Não	Sim
2	<b>MPV 714/16:</b> Extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária; amplia o limite de participação do investimento estrangeiro na aviação civil para 49% do capital com direito a voto – 21/06/2016 (emenda aglutinativa nº 1).	Não	Sim
3	<b>MPV 726/16:</b> Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios – 29/08/2016 (requerimento de retirada de pauta).	Sim	Não
4	<b>PL 4567/16:</b> Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção – 05/10/2016 (projeto de lei).	Não	Sim
5	<b>PL 2516/15:</b> Institui a Lei de Migração. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e revoga as Leis nº 818, de 1949 e 6.815, de 1980 – 06/12/2016 (DTQ. 4: DEM - §4o do art. 47 do substitutivo).	Sim	Não
6	<b>MPV 744/16:</b> Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa y Brasil de Comunicação (EBC) - 14/12/2016 (DTQ. 4: PDT - emenda nº 4).	Sim	Não
7	<b>MPV 751/16:</b> Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências – 28/03/2017 (DTQ. 1: PT – emenda nº 34).	Sim	Não
8	<b>PL 8703/17:</b> Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão – 04/10/2017 (DTQ 5: PHS – art. 16-C, constante do art. 1).	Sim	Não
9	<b>PDC 886/18:</b> Aprova a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro nos termos do Decreto Presidencial nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública – 19/02/2018 (projeto de decreto legislativo).	Não	Sim
10	<b>PL 8939/17:</b> Modifica a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, que autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências, para permitir à PETROBRAS a transferência parcial, a terceiros, de áreas contratadas no regime de cessão onerosa – 20/06/2018 (subemenda substitutiva global).	Não	Sim
11	<b>PLP 270/16:</b> Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a aplicação de sanções a Município que ultrapasse o limite para a despesa total com	Sim	Não



	peçoal nos casos de queda de receita que especifica – 05/12/2018 (projeto de lei complementar).		
--	---	--	--

Fonte: elaborado pelo autor.

Para cada lei foi construída uma tabela de contingência, confrontando o voto tanto com a variável ideologia (direita, centro e esquerda) quanto com o pertencimento a governo ou oposição. A partir dela foi calculado o coeficiente de contingência depois de constatada significância. Spiegel (1993) afirma que o coeficiente de contingência é uma medida do grau de associação das variáveis. Variando de 0 a próximo a 1, 0 representaria uma completa independência, ao passo que quanto mais próximo de 1, maior a associação. Usualmente, afirma-se que um valor acima de 0,5 indicaria uma associação moderada para forte e estatisticamente relevante. O nível de significância (valor p) é expresso em termos de probabilidade. Sendo menor que 0,05, pode-se afirmar que as variáveis estão relacionadas (FÁVERO et al., 2009).<sup>4</sup>

Verificado em cada lei qual a variável com maior poder explicativo foi aplicado o modelo de regressão logística binária. Segundo Fávero et al. (2009), trata-se de uma técnica estatística utilizada para descrever o comportamento entre uma variável dependente binária e múltiplas variáveis independentes. Para Ribas e Vieira (2011, p. 195), “[...] é um método de predição multivariada, que é empregado quando as variáveis independentes são utilizadas na explicação do resultado categórico (variável dependente), frequentemente dicotômico”. A variável dependente, nesse caso, seria o voto (sim e não) e as variáveis independentes ideologia (direita/centro/esquerda) e posicionamento estratégico (governo/oposição), ambas categóricas. A regressão logística estima a chance de ocorrência de determinado evento, ao explicar o impacto das variáveis independentes sobre a dependente. Vale ressaltar que a técnica tem algumas peculiaridades, como empregar chance em lugar de probabilidade. Falar em chance é falar da razão entre a probabilidade de determinado evento ocorrer ou não (RIBAS; VIEIRA, 2011).

<sup>4</sup> De posse do valor de  $\chi^2$  e do grau de liberdade e escolhido o nível de confiança (0,05, significativo, ou 0,01, muito significativo), com base distribuição de qui-quadrado chega-se a sua significância.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Discutida a metodologia passa-se à análise e discussão da legislação escolhida com o intuito de verificar o quanto as divergências em relação a temas-chave podem ser explicadas pela aderência à oposição ou coalização governista, ou então às diferenças ideológicas dos partidos vinculados à esquerda ou direita.

O quadro 5 sintetiza os resultados da presente pesquisa demonstrando qual a variável independente que predominou em cada votação a partir do coeficiente de contingência, bem como as informações mais relevantes da análise de regressão logística realizada.

Quadro 5 – Síntese dos resultados

Legislação analisada	Predominância		Análise de regressão logística Voto “não”			
	Coeficiente de contingência	Sig.	Categorias	Wald	Sig.	Exp(B)
PEC 04/15	<b>Ideologia (0,544)</b>	,000	Direita	35,784	,000	,065
	Situação (0,452)	,000	Centro	24,694	,000	,017
			Governo	1,911	,167	
MPV 714/16	<b>Ideologia (0,552)</b>	,000	Direita	21,566	,000	,096
	Situação (0,486)	,000	Centro	18,710	,000	,042
			Governo	4,545	,033	,322
MPV 726/16	Ideologia (0,144)	,030	Direita	,014	,906	
	Situação (0,144)	,008	Centro	,000	,997	
			Governo	1,925	,165	
PL 4567/16	<b>Ideologia (0,594)</b>	,000	Direita	64,426	,000	,039
	Situação (0,482)	,000	Centro	38,124	,000	,023
			Governo	11,643	,001	,257
PL 2516/15	<b>Ideologia (0,372)</b>	,000	Direita	20,374	,000	34,956
	Situação (0,191)	,001	Centro	9,052	,003	11,905
			Governo	,185	,667	
MPV 744/16	<b>Ideologia (0,342)</b>	,000	Direita	3,574	,059	
	Situação (0,308)	,000	Centro	,000	,997	
			Governo	2,781	,095	
MPV 751/16	<b>Ideologia (0,469)</b>	,000	Direita	16,449	,000	5,986
	Situação (0,400)	,000	Centro	42,031	,000	22,511
			Governo	4,225	,040	2,035
PL 8703/17	<b>Ideologia (0,180)</b>	,001	Direita	7,415	,006	2,706
	Situação	,159	Centro	16,502	,000	5,979
			Governo	4,975	,026	,452
PDC 886/18	<b>Ideologia (0,514)</b>	,000	Direita	15,371	,000	,075
	Situação (0,449)	,000	Centro	10,343	,001	,057
			Governo	3,552	,059	
PL 8939/17	<b>Ideologia (0,590)</b>	,000	Direita	36,188	,000	,063
	Situação (0,543)	,000	Centro	34,108	,000	,019
			Governo	12,723	,000	,239

PLP 270/16	<b>Ideologia (0,188)</b>	,002	Direita	5,637	,018	4,784
	Situação (0,148)	,005	Centro	6,399	,011	6,287
			Governo	,017	<u>,897</u>	

Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados do quadro acima evidenciam o maior impacto da variável ideologia em comparação ao posicionamento estratégico (situação). Como pode-se notar a maioria dos dados se demonstraram significativos e verificados os coeficientes de contingência, das 11 leis analisadas houve a predominância da ideologia em 10 delas. A exceção foi a MPV 726/16 (reforma ministerial) em que houve um valor igual entre “situação” e “ideologia”, além de baixo (0,144). Os dados na análise de regressão logística inclusive não se demonstram significativos para ideologia e situação, ou seja, essas variáveis tem pouco poder explicativo, o que também ocorre na MPV 744/16. Os valores do coeficiente de contingência foram inexpressivos também na PL 8703/17 (Fundo Especial de Financiamento de Campanha) e PLP 270/16 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Ainda assim na primeira a chance de um parlamentar de direita votar “não” é 2,7 vezes maior que um parlamentar de esquerda e centro quase 6 vezes. Na PLP 270/16 ser de direita implica em uma chance 4,7 vezes maior que um parlamentar de esquerda e centro 6,2. Nessas duas leis a expectativa era a direita votar “não” caso a ideologia fosse um balizador do comportamento em plenário.

Chamam a atenção os valores (>0,5) da PEC 04/15 (prorroga a vigência da Desvinculação das Receitas da União – DRU), MPV 714/16 (amplia o limite de participação do investimento estrangeiro na aviação civil), PL 4567/16 (participação da Petrobrás no pré-sal), PDC 886/18 (intervenção federal no Rio de Janeiro) e PL 8939/17 (negociação das áreas do pré-sal), referendados pelos valores da estatística de wald da regressão logística realizada. Na PEC 04/15 a chance de um parlamentar de direita votar “não” é 6,5% e centro 1,7% comparado a um parlamentar de esquerda.

O claro componente ideológico na grande maioria das leis analisadas fica claro ao se constatar a votação da MPV 714/16, emenda aglutinativa n° 1, votada em 21 de junho de 2016. Por 199 votos contra 71 a emenda que permitiu que empresas estrangeiras possam ter total controle do capital de companhias aéreas no Brasil foi aprovada. Polêmica, a emenda dividiu posições na Câmara. Legendas como PT, PDT e PSOL se

posicionaram contra e alertaram que a mudança é danosa para o setor de aviação (AGÊNCIA BRASIL, 2016). Na MPV 714/16 ser de direita implica em uma chance de 9,6% e centro 4,2% de votar “não” comparado a um parlamentar de esquerda.

Com teor semelhante, em 05 de outubro de 2016 a Câmara aprovou o fim da participação obrigatória da Petrobrás no Pré-sal (PL 4567/16). A votação foi marcada pela obstrução de deputados contrários à proposta que defenderam que essa flexibilização abre caminho para uma futura privatização da Petrobrás e perda de arrecadação da União. A proposta foi aprovada por 292 votos a favor e 101 contra (AGÊNCIA CÂMARA, 2016). Comparado a um parlamentar de esquerda, na PL 4567/16 a chance de um parlamentar de direita votar “não” é 3,9% e centro 2,3%.

Em 19 de fevereiro de 2018 a Câmara aprovou a intervenção federal no Rio de Janeiro por 340 votos a 72. Os debates duraram cerca de sete horas e houve divergência entre os partidos que apresentaram seus argumentos contrários e a favor do decreto. Embora não seja possível afirmar que haja algum grupo político a favor da criminalidade, o caráter social do tema transparece na fala do então líder do PCdoB na Câmara deputado Orlando Silva (SP). Segundo ele “para problemas complexos, há sempre soluções simples e erradas”. Embora defenda o direito à proteção e à segurança da população do Rio, esta, segundo ele, deve ser garantida “com medidas estruturantes, não com factoides” (MAIA, 2018). No PDC 886/18 ser de direita implica em uma chance de 7,5% e centro 5,7% comparado a um parlamentar de esquerda.

No PL 8939/17 ser direita e centro implica em uma chance de votar “não” na ordem de 6,3% e 1,9% respectivamente. Vale destacar que nas votações em questão em que houve uma associação forte ( $>0,5$ ) o voto “não” era o voto esperado dos partidos de esquerda, o que explica a baixa probabilidade dos partidos de direita se posicionarem de forma contrária em plenário. Fato interessante e que corrobora com o que Scheeffer (2018b) constata em seu estudo, é o posicionamento do centro (PSDB e PMDB). Embora sejam tradicionalmente considerados como partidos de centro, se comportam como partidos de direita, ou melhor, mais à direita do que os próprios partidos de direita. Fica a pergunta: se comportando como partidos de direita, faz sentido categorizá-los como centro?



Com uma diferença substantiva em relação às demais leis analisadas, a PL 2516/15 versou sobre a instituição da Lei de Migração que visava substituir o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80), adotado durante o regime militar (1964-1985). O plenário rejeitou o destaque do DEM, único votado nominalmente, e manteve a redação do relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), sobre o pagamento de despesas com estada e repatriação de migrante irregular. Nesta votação a chance de um parlamentar de direita votar “não” é 35 vezes maior do que um parlamentar de esquerda e de centro praticamente 12. Na prática a Lei de Migração muda o tratamento em relação ao imigrante não mais considerado uma ameaça à segurança nacional. Com foco nos direitos humanos foi criticada por alguns setores da direita que consideraram um ataque à soberania nacional. Embora o texto final tenha sido votado de forma simbólica, um dos poucos a criticar a proposta foi o então deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ). Segundo ele “isso vai virar a casa da mãe Joana. Vocês estão escancarando as portas do Brasil para tudo quanto é tipo de gente” (CALGARO, 2016).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Governo Temer, como destacam Coimbra e Galvão (2017), diferente do governo Dilma, contou com uma base parlamentar robusta que lhe permitiu vitórias importantes no Congresso Nacional. Com uma lógica distinta dos governos petistas anteriores que centralizaram nas mãos de PT e PMDB a maioria dos cargos, Temer realizou uma melhor distribuição das cadeiras e manteve uma relação próxima com os parlamentares. Teve vitórias importantes como a aprovação da PEC do Teto e Pré-sal, além de ter todos os seus vetos mantidos pelo Congresso Nacional. Mesmo assim, chama a atenção que em temas com cunho ideológico a ideologia se sobressai ao posicionamento estratégico. Por mais que não seja uma base tão heterogênea quanto os governos anteriores, ainda assim os partidos priorizam suas concepções político-ideológicas em detrimento da relação com o executivo.

Com exceção da lei de migração, que pode ser considerado um “novo” tema, os demais temas versam sobre distinções clássicas entre esquerda e direita e relacionados a distinções entre qual o melhor tamanho de Estado. Atendendo à expectativa teórica, a



partir das votações nominais analisadas, é possível inferir que os partidos de esquerda buscam um Estado mais intervencionista ao passo que os de direita e centro defendem um Estado mais enxuto, com menos responsabilidades.

Empiricamente, não faz sentido afirmar, pelo menos a partir do conjunto de leis analisadas, afirmar que direita e esquerda são termos ultrapassados e que pouco denotam diferenças em tempos atuais. Semelhante ao que foi constatado por Scheeffer (2018a) no Governo Dilma, também no Governo Temer em votações com teor ideológico consegue-se prever o resultado das votações de forma satisfatória. Sem negar as relações típicas presentes no chamado de presidencialismo de coalizão, o estudo em questão verifica que em temas com teor ideológico os partidos tendem a se posicionar de forma coerente com o que é esperado do ponto de vista político-ideológico e o grau de intervenção estatal é ainda um bom divisor de águas entre esquerda e direita.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Câmara aprova 100% de capital estrangeiro em empresas aéreas.** 21 jun. 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-06/aprovada-emenda-que-libera-100-de-controle-estrangeiro-em-empresas-aereas>> Acesso em: 17 set. 2021.

AGGIO, A. Construir uma esquerda transformadora. In: ALMEIDA, F. I. de. (org.). **O que é ser esquerda hoje?** Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

AGÊNCIA CÂMARA. **Câmara aprova fim da participação obrigatória da Petrobrás no Pré-sal.** 05 out. 2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/499634-camara-aprova-fim-da-participacao-obrigatoria-da-petrobras-no-pre-sal/>> Acesso em: 17 set. 2021.

BELCHIOR, A. M. Are green political parties more post-materialist than other parties? An assessment of post-materialist forecasts. **European Societies**, v. 12(4), p. 467-492, 2010.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

CALGARO, F. **Câmara aprova projeto que cria novo Estatuto da Migração.** 06 dez. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/camara-aprova-projeto-que-cria-novo-estatuto-da-migracao.ghtml>> Acesso em: 19 set. 2021.

CHARNOCK, D.; ELLIS, P. Postmaterialism and postmodernization in Australian electoral politics. **Electoral Studies**, v. 23(1), p. 45-72, 2004.

COIMBRA, M. C.; GALVÃO, E. R. (orgs.). **100 dias de Governo Temer.** Joinville: Clube de Autores, 2017.

COUTO, C. **Ainda sobre esquerda e direita: a polarização direita-esquerda refere-se também à desigualdade de honra social, e não apenas a desníveis econômicos.** 17 jun. 2014. Disponível em: <<http://qualidadedademocracia.com.br/ainda-sobre-esquerda-e-direita/>> Acesso em: 12 mai. 2016.

DALTON, R. J.; FARRELL, D.; McALLISTER, I. **Political parties and democratic linkage.** Oxford: Oxford University Press, 2011.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L. da.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FREITAS, M. A. A esquerda brasileira em tempos neoliberais. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 17, 2004.

GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.

JOU, W. How do citizens in East Asian democracies understand left and right? **Japanese Journal of Political Science**, v. 12, p. 33-55, apr. 2011.

KRAUSE, S.; MACHADO, C.; MIGUEL, L. F. (orgs.) **Coligações e disputas eleitorais na Nova República**: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Editora da Universidade Estadual Paulista (EDUNESP), 2017.

LAYMAN, G. C.; CARMINES, E. G. Cultural conflict in American politics: Religious traditionalism, postmaterialism, and U.S. political behavior. **Journal of Politics**, v. 59(3), p. 751-777, aug. 1997.

LUCAS, K.; SAMUELS, D. A “coerência” ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009. In: POWER, T. J.; ZUCCO JR. (orgs). **O congresso por ele mesmo**: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MADEIRA, R. M.; TAROUÇO, G. da S. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, jan./jun. 2011.

MAIA, G. **Câmara aprova intervenção federal no Rio por 340 votos a 72**. 20 fev. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/20/camara-vota-intervencao-federal-no-rio.htm>> Acesso em 18 set. 2021.

MAINWARING, S. P. **Democracia presidencialista**: o caso do Brasil. São Paulo: Revista, 1993.

MAIR, P. Left-right orientations. In: DALTON, R.; KLINGEMANN, H. D. **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. Cleavages. In: KATZ, R. S.; CROTTY, W. **Handbook of party politics**. London: Sage, 2013.

MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, jun. 2007.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, no 1, 2012, p. 71 a 117.

MIGUEL, L. F. **Esquerda e direita**: classificando os partidos brasileiros. Contribuições para a discussão no workshop “Coligações partidárias na nova democracia brasileira (1986-2008)”, Fundação Konrad-Adenauer, Rio de Janeiro (30/01/2009).

MORAES, R. C.. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002008000002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000002&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 20 dez. 2006.

NICOLETTI, A. S. **A discussão da reforma do código florestal brasileiro**: uma análise dos discursos parlamentares. In: IX Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia Rural - ALASRU, 2014, Ciudad de México, 2014.

RIBAS, J. R.; VIEIRA, P. R. da C. **Análise multivariada com o uso do SPSS**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

ROMA, C. **Agenda, ideologia e coesão partidária na Câmara dos Deputados**. In: XXX Encontro anual da ANPOCS, 2006, Caxambu - MG. XXX Encontro anual da ANPOCS.

SCHEEFFER, F. **Esquerda e direita hoje**: uma análise das votações na Câmara dos Deputados. Curitiba: Appris, 2018a.

\_\_\_\_\_. A alocação dos partidos no espectro ideológico a partir da atuação parlamentar. **E-legis**. Brasília, n. 27, set.-dez., p. 119-142. 2018b. Disponível em: <<file:///C:/Users/3561208/Downloads/435-2169-1-PB%20.pdf>> Acesso em: 17 set. 2021.

SPIEGEL, M. R. **Estatística**. 3. ed. São Paulo: Madron Books, 1993.

TAROUCO, G. Brazilian parties according to their manifestos: political identity and programmatic emphases. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 54-76, 2011. Disponível em: <<http://www.bpsr.org.br/index.php/bpsr/article/view/114/105>> Acesso em: 11 nov. 2013.

ZUCCO JR., C. Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidential settings. **The Journal of Politics**, v. 71, p. 1.076-1.092, 2009.

\_\_\_\_\_. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T. J.; ZUCCO JR. (orgs). **O congresso por ele mesmo**: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011